Município aumenta em quase 5% projeção orçamentária para 2027

Estimativa inicial de R$ 805 milhões passa para mais de R$ 845 milhões. Nos últimos cinco anos, aumento chega a cerca de 70%

Jhon Willian Tedeschi
jhon@grupoahora.net.br

LAJEADO

A administração do município encaminhou à câmara de vereadores uma atualização do orçamento para o ano que vem. Após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as prioridades para a gestão, vai para análise dos parlamentares a Lei Orçamentária Anual (LOA), que define de forma específica a alocação de recursos para o período. O aumento estabelecido pelo governo fica em 4,97%.

Ao considerar 2026, o Executivo sinaliza para um gasto igual à arrecadação. A expectativa de fechamento está em R$ 788 milhões, acima da LOA aprovada em 2025, que previa R$ 750 milhões, a partir de verbas extraordinárias e emendas parlamentares que entraram ao longo do exercício. “Este ano a ideia é que a gente consiga fechar praticamente no zero a zero”, projeta o secretário da Fazenda do município, André Bücker.

Os impactos da Reforma Tributária ainda não entram nesta atualização do orçamento. Para o secretário, há muitas dúvidas em função do início da implementação prática. “Levantamentos feitos pela Famurs para todos os municípios do Rio Grande do Sul apontam que Lajeado teria uma variação positiva de 0,2%, o que é pequeno, mas positivo.”

Diferente da LDO, onde são feitos maiores ajustes por parte do



Orçamento para o ano que vem deve ser votado até a primeira quinzena de dezembro

Legislativo, a LOA é mais específica, ainda que os vereadores tenham a liberdade de propor mudanças. “Normalmente isso é feito mais na LDO; a LDO é indicativa, são parâmetros. A estruturação mesmo tem que ser feita dentro da LOA, porque ali tu vai dizer: ‘Olha, saem tantos reais daqui e vão tantos reais para lá’. Tu tem que indicar exatamente onde é feito o corte”, argumenta o gestor.

Pacote de intervenções

Parte dos valores autorizados para contratação de financiamento para obras de infraestrutura constam no orçamento encaminhado à Câmara. Dos R$ 100 milhões que estão previstos, R$ 40 milhões estão listados no planejamento do governo. De acordo com Bücker, os valores estão diluídos ao longo de três anos (2027, 2028 e 2029).

Acima da Constituição

A legislação prevê uma destinação mínima para áreas como saúde e educação. Em nível nacional, a saúde tem um patamar de 15% para projeção, e a administração estima aplicar 22,41%. Já na educação, o próprio município define como piso orçamentário 28%, e vai alocar 35,38% do orçamento nesta área no ano que vem. “Estamos investindo valores significativamente maiores do que a Constituição estabelece.”

Uma das discussões dentro da projeção orçamentária foi o reajuste dos salários dos monitores da educação infantil e a equiparação deles à carreira do magistério. O município não conta com esses valores no fluxo para o ano que vem. “O que acontece basicamente quando há uma ordem dessas, que é quase que uma ordem ‘de cima para baixo’, como a gente diz, para mudar o valor: geralmente vem uma verba federal”, aponta Bücker.

Histórico recente

Desde 2023, o orçamento passou de R$ 500,8 milhões para os projetados R$ 845,2 milhões, o equivalente a 68,8% a mais. No comparativo com o ano passado , o aumento é de 12,6%.



POLÍTICAS CULTURAIS

Plano prevê descentralização e metas para a cultura até 2036

Atualização reúne quase 30 diretrizes, inclui prevenção a desastres climáticos e prevê escutas anuais com representantes dos nove setores

Karine Pinheiro
karine@grupoahora.net.br

LAJEADO

A descentralização das atividades culturais, a ampliação dos espaços para artistas e a proteção de acervos contra eventos climáticos estão entre as prioridades na atualização do Plano Municipal de Cultura de Lajeado. Apresentadas durante a 3ª Conferência Municipal de Cultura, as propostas devem orientar as políticas do setor até 2036.

DIVULGAÇÃO



Plano propõe descentralização de ações culturais

O documento está em fase de consolidação e será encaminhado à Câmara. A nova versão reúne quase 30 metas e diretrizes. Entre as principais propostas estão a realização de eventos nos bairros, a criação de um espaço cultural comunitário descentralizado e a instituição de um calendário regular de fomento.

O planejamento também prevê escutas anuais com representantes dos nove segmentos culturais. Segundo a secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, Mariana Heemann Betti, a demanda por espaços para ensaios, criação e apresentações apareceu com frequência nos debates. Também foram apontadas a necessidade de desburocratizar o acesso aos recursos públicos.

A construção do documento também expôs divergências sobre a aplicação das verbas. Parte dos representantes defende investimentos em estruturas físicas, enquanto outros priorizam o repasse direto para projetos.

"É um processo democrático e surgiram naturalmente visões distintas. Estamos organizando um grande Plano de Cultura para contemplar as diferentes necessidades da comunidade cultural e do desenvolvimento", afirma Mariana. A proposta também busca corrigir lacunas do planejamento anterior.

O novo texto deve incluir prazos, responsáveis, indicadores e fontes de financiamento para cada ação, além de um mapeamento dos profissionais, espaços e iniciativas culturais do município.

A avaliação do plano anterior identificou avanços na estruturação do sistema. No entanto, a falta de registros e dados de base ao longo dos anos impede a mensuração de metas cumpridas. A nova legislação pretende ampliar o levantamento de informações sobre os diferentes segmentos.

Prevenção a desastres

As enchentes também influenciaram a elaboração do documento. Um eixo específico deverá tratar da resiliência e preparação dos equipamentos culturais para emergências climáticas. A meta é implantar protocolos e planos de continuidade nos equipamentos culturais e nos acervos.

A partir de 2029, estão previstos testes anuais de recuperação digital, além da prioridade para conservação e restauração de bens atingidos. Para ampliar a participação, a pasta disponibilizou questionários e promoveu três espaços presenciais de escuta e diálogo. A previsão é manter encontros setoriais anuais a partir de 2028 e ações permanentes de mobilização nos bairros.

Em relação ao financiamento, a secretária aponta a busca por recursos estaduais e federais como estratégia para ampliar a capacidade de investimento. Para 2027, também pretende estabelecer parcerias com a iniciativa privada por meio de projetos de captação de recursos voltados à cultura e à economia criativa.

